

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de *Fulano de tal*, portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXX - XXX-XX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXX - CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXX e XXXXXX (recado com Fulano de tal), por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL NÚCLEO DE XXXXX**, vem ajuizar a presente

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEICULO
C/C TUTELA DE URGÊNCIA

em face de **fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de *Pai de tal e de Mãe de tal*, portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXX - XXX/XX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

Preliminarmente, a Requerente informa que é auxiliar de serviços gerais, com uma renda mensal bruta de R\$ XXXXXXXX, o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos da previsão constante do art. 98, do CPC, eis que não pode arcar com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de sua família (contracheque em anexo).

I - DOS FATOS

A Requerente adquiriu em XX de XXXXX de XXXX, um veículo da marca XXXXXX, placa: XXXXX, cor: XXXX, ano/modelo: XXXX, renavam: XXXXXXX, chassi: XXXXXXX, através de financiamento no valor bruto de R\$ XXXXXX, parcelado em de XX (XXXX) prestações no valor de R\$ XXXXXXX junto à instituição financeira tal – (docs. anexo).

Fato é que a Requerente não possui carteira de habilitação para dirigir, assim sendo emprestou e entregou os documentos do veículo ao seu filho *Fulano de tal* para utilizar juntamente com sua companheira, ora Requerida, sendo que na ocasião a Requerente outorgou poderes por meio de procuração pública para a Requerida representá-la junto aos órgãos público e inclusive vender o veículo, contudo após o recolhido de seu filho ao sistema prisional do XXXX, a Requerente revogou a procuração em questão e pediu a Requerida que lhe devolvesse o mencionado veículo.

Importa registrar que é a Requerente pediu por diversas vezes para que a Requerida lhe devolvesse o bem em questão, inclusive por notificação extrajudicial, tendo a Requerida quedado inerte, pois não quer proceder a devolução do veículo (doc. anexo), assim diante dessa situação, a Requerente registrou o fato na ^a Delegacia de Polícia - ocorrência n. XXXXXXX em anexo.

Insta registrar que a **Requerente é a pessoa quem paga as prestações do veículo e que não realizou nenhum negócio com a Requerida** (extratos bancário anexos).

Ainda, importa registrar que, no momento a Requerente está totalmente prejudicada com a atitude da Requerida, **pois além de apropria-se indevidamente do veículo em comento, tem cometido infrações de trânsito nas datas XX/XX/XXXX; XX/XX/XXXX e XX/XX/XXXX e está circulando com o veículo com pendências de pagamento de IPVA e seguro obrigatório dos exercício XXXX e XXXX, assim o veículo poderá a qualquer momento vir a ser apreendido pelo DETRAN e os valores serem cobrado da Requerente, já que esta é a proprietária do veículo em questão.** Ainda, caso o veículo venha se envolver em acidente de trânsito, a culpa recairá também sobre a Requerente, mesmo não estando na posse do bem.

Atualmente o maior interesse da Requerente é recuperar o veículo, assim busca a tutela jurisdicional visando a busca e apreensão do bem em questão.

II - DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC.

Pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a **probabilidade do direito** encontra-se por demais evidenciada, na medida em que os documentos anexos comprovam que a Requerente é proprietária do veículo XXXXXX, placa: XXXXXX e, é a pessoa quem paga as prestações do veículo em comento, os fatos ora

narrados expressam em toda sua extensão a necessidade urgente da concessão da tutela provisória de urgência para obrigar a **Requerida a proceder a entrega do XXXXXX XX, placa: XXXXXX**, sendo que a probabilidade do direito da Requerente está mais do que comprovada nos diversos documentos juntados aos autos.

Por fim, a negativa da concessão da tutela provisória de urgência pode trazer mais prejuízos financeiros para a Requerente, bem como responsabilização em caso de acidente, sendo que é evidente que na remota hipótese de ao final ser julgado improcedente a presente demanda, a Requerida poderá, pelas vias apropriadas, buscar o direito de entender.

III - DOS PEDIDOS

Posto isso, requer a Vossa Excelência:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por ser juridicamente hipossuficiente, declaração anexa;
- b) que nos termos do art. 300 e seguintes do CPC, seja concedida a tutela de urgência, para obrigar a Requerida a **proceder a entrega do XXXXXXXXXX, placa: XXXXX**, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ XXXXXX;
- c) caso este juízo não defira a tutela de urgência requerida no item b, retro, **requer que seja determinado o Bloqueio para Circulação e emissão do CRLV do veículo** objeto de discussão nos presentes autos, **tantos nos Sistemas do DETRAN-DF como do RENAJUD**, como medida apta a assegurar os direitos da Requerente;
- d) a citação da Requerida para ciência da presente ação e para que, querendo, ofereçam resposta, sob pena de revelia.

- d) ao final seja a demanda julgada procedente para se confirmar a tutela citada no item b, retro, ou se for o caso, seja esta concedida por ocasião da sentença, confirmando a posse do veículo objeto do feito na pessoa da Requerente;
- e) a condenação da Requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR/DF -PROJUR.

Provará o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial pela juntada de documentos.

Dá à causa o valor de R\$ XXXX.

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXX de XXXX.

Fulano de tal
Requerente

Fulano de tal
Acompanhamente da requerente, pois esta não é alfabetizada.
CI XXXXXX XXX/XX

FULANO DE TAL
Defensor Público

